VILA MARIA/VILA GUILHERME

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2016-2-133

SUBPREFEITURA VILA MARIA-VILA GUILHERME
 ENDEREÇO: RUA GENERAL MENDES, 111
 PROCESSOS DA UNIDADE SP-MG/G
2016-0.104.496-4 ASSOC.UNIF. PAUL.DE ENSINO RENOVADO OBJ. ASSUPPERO INDEFERIDO

1- NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME FORAM CONFERIDAS PELO ART. 3. DO DECRETO N. 42.670/02 E A VISTA DOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO AQUI PRESENTES, EM ESPECIAL A MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DE FLS. 07, QUE ADOTO COMO RAZÃO DE DECIDIR, RECEBO A PRESENTE DEFESA PARA, NO MÉRITO INDEFERIR-LA, TENDO EM VISTA QUE O AUTO DE MULTA FOI DEVIDAMENTE LAVRADO, POIS O ANÚNCIO JÁ HAVIA SIDO JULGADO INDEFERIDO ATRAVÉS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 2007-0.260.798-0 E CONTINUAVA INSTALADO, O QUE INCORRIA NA IRREGULARIDADE. 2. EM CONSEQUÊNCIA, MANTENHO O AM N. 17-184.131-0, COM BASE NA LEI N. 14.223/06 E REGULAMENTADO PELO DECRETO 47.950 DE 05/12/2006.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
 ENDEREÇO: .
 PROCESSOS DA UNIDADE SP-MG/CPDU

2016-0.140.889-3 SUBPREFEITURA VILA MARIA/VILA GUILHERME INDEFERIDO
 NOS TERMOS DO ART.35 DA LEI 14.141/2006,POR EXAURIR SUA FINALIDADE

PROCESSOS DA UNIDADE SP-MG/CPDU/SFSC
2015-0.192.632-9 SANKO SIDER COM.IMP. EXPORT.DE PROD.SIDERURGICOS L INDEFERIDO

1-NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME FORAM CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, INDEFIRO A COMUNICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO PELO NÃO-ATENDIMENTO AO ART.20,º 3 DO DEC.52.903/12, ALTERADO PELO ART.1 DO DEC.54.039/13. 2-EM CONSEQUÊNCIA, MANTENHO O AM N 17-184.347-9, DE ACORDO COM O ART.1 DO DEC.54.039/13.

2015-0.208.739-8 JOAO DOS SANTOS ESTANQUEIRO DEFERIDO
 1-NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME FORAM CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR E A VISTA DOS ELEMENTOS CONTIDOS NO PRESENTE, DEFIRO A COMUNICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO. 2-EM CONSEQUÊNCIA CANCELO O AM N 17-185.227-3, DE ACORDO COM ART.1DO DEC.54.039/13.

2015-0.332.319-2 GUSTAVO LOPES DE MIRANDA INDEFERIDO
 1-NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME FORAM CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, INDEFIRO A COMUNICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO PELO NÃO-ATENDIMENTO AO ART.20, º 3 DO DEC.52.903/12, ALTERADO PELO ART.1 DO DEC.54.039/13. 2-EM CONSEQUÊNCIA, MANTENHO O AM N 17-185.554-0, DE ACORDO COM O ART.1 DO DEC.54.039/13.

2016-0.051.444-4 KELLEN CRISTINA FARIA DE SOUZA INDEFERIDO
 1-NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME FORAM CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR E PELAS RAZÕES EXPOSTAS PELA ASSESSORIA JURÍDICA NO PRO CESSO, PRINCIPALMENTE AS FLS.19 E 20, CANCELO O DESPACHO AS FLS.102-POR CONSEQUENTE E MESMAS RAZÕES, INDEFIRO A COMUNICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO. 3-EM CONSEQUÊNCIA, MANTENHO O AM N 17-185.556-6.

2016-0.147.737-2 VIRGILIO FERNANDO CANCELA INDEFERIDO
 1-NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME FORAM CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, INDEFIRO A COMUNICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO PELO NÃO-ATENDIMENTO AO ART.20, º 3 DO DEC.52.903/12, ALTERADO PELO ART.1 DO DEC.54.039/13.(FORA DO PRAZO). 2-EM CONSEQUÊNCIA, MANTENHO O AM N 17-185.349-1, DE ACORDO COM O ART.1 DO DEC.54.039/13.

2016-0.148.152-3 ANTONIO GERALDES LICO INDEFERIDO
 1- NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME FORAM CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, INDEFIRO A COMUNICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO PELO NÃO ATENDIMENTO AO ART.20, º 3 DO DEC. 52.903/12 ALTERADO PELO ART.1 DO DEC.54.039/13. (FORA DE PRAZO). 2- EM CONSEQUÊNCIA,MANTENHO O AM N 17-185.343-1 DE ACORDO COM O ART.1 DO DEC. 54.039/13.

VILA MARIANA

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2016-2-133

SUBPREFEITURA VILA MARIANA
 ENDEREÇO: RUA JOSE DE MAGALHÃES, N 500
 PROCESSOS DA UNIDADE SP-VM/PE
2013-0.336.412-0 FABIO ROBBA DEFERIDO
 DEFERIDO CONFORME: LEI N 11.228/92, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 32.329/92, LEI N 13.885/04 E DECRETO N 45.817/05 E LEI N 15.831/13, REGULAMENTADA PELO DECRETO N 54.202/13.

2016-0.048.276-3 LUIS OTAVIO DA SILVA INDEFERIDO
 INDEFIRO, NOS TERMOS DO ITEM 4.A.8 DO DECRETO 32.329/92

PROCESSOS DA UNIDADE SP-VM/G
2016-0.156.005-9 SIDNEI MANTOVANI RICHTER DA CONCEIÇÃO DEFERIDO
 O PEDIDO DE CERTIDÃO DE NUMERAÇÃO, COMO PREVISTO NO ART. 41 DA LEI14.141, PARA O ENDEREÇO RUA AFONSO BRAZ, 311 E 315, CONTRIBUINTE 041.035.0038-7, CONCEDIDO ATRAVÉS DE LEVANTAMENTO METRICO DECIMAL,PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO EM 01/10/1940, CONFORME LANCAMENTO ATUAL DE IPTU.

2016-0.157.736-9 CYRELA ANIS EMP. IMOBIL. LTDA. DEFERIDO
 O PEDIDO DE CERTIDÃO DE MULTA, DA EDIFICAÇÃO LOCALIZADA NA RUA DR.JOSE ESTEFNO, S/N QD 7 LT 14, INFORMANDO QUE CONSTAM EMITIDOS POR ESTA SUBPREFEITURA PARA O SQL 039.187.0014-3 OS AUTOS DE MULTA 10 -300.390-8 E 10-301.604-0 INSCRITOS EM JUD, CONFORME MANIFESTAÇÃO DE CPDU A FLS. 31, DO PRESENTE PROCESSO E TELA ANEXA EM FLS. 29, NOS TERMOS DA LEI 14.141/06.

2016-0.159.114-0 BRUNO LEVERRIER ALVES DEFERIDO
 O PEDIDO DE CERTIDÃO DE MULTA, DA EDIFICAÇÃO LOCALIZADA NA RUA FRANCA PINTO, 318, INFORMANDO QUE NAO CONSTAM MULTAS ADMINISTRATIVAS EMITIDAS POR ESTA SUBPREFEITURA PARA O SQL 037.040.0057-4, CONFORME MANIFESTAÇÃO DE CPDU A FLS. 15, DO PRESENTE PROCESSO E TELA ANEXA EM FLS. 13, NOS TERMOS DA LEI 14.141/06.

2016-0.159.246-5 VALDEMAR MANOEL SOARES DEFERIDO
 O PEDIDO DE CERTIDÃO DE NUMERAÇÃO, PARA O ENDEREÇO RUA GUARUJA,370, CONTRIBUINTE 045.298.0195-0, CONFORME ALVARA DE DESDOBR DE LOTENR. 2005-0.327.381-0 E LANCAMENTO ATUAL DE IPTU, ART. 41 DA LEI 14.141.

2016-0.160.208-8 VIVIANE DE OLIVEIRA DEFERIDO
 O PEDIDO DE CERTIDÃO DE MULTA, DA EDIFICAÇÃO LOCALIZADA NA AL. DOSJURUPIS, 1267, INFORMANDO QUE CONSTAM EMITIDOS POR ESTA SUBPREFEITURA PARA O SQL 041.209.0008-8 OS AUTOS DE MULTA 10-274.339-8 E 10-078.389-9 CANCELADOS E 10-083.373-9 E 10-087.139-9 ANISTIADOS, CONFORME MANIFESTAÇÃO DE CPDU A FLS. 32, DO PRESENTE PROCESSO E TELAANEXA EM FLS. 30, NOS TERMOS DA LEI 14.141/06

2016-0.160.662-8 MAURO CARLOS BENTO TOZI DEFERIDO
 O PEDIDO DE CERTIDÃO DE MULTA, DA EDIFICAÇÃO LOCALIZADA NA RUA GASPAR LOURENÇA, 226, INFORMANDO QUE NAO CONSTAM MULTAS ADMINISTRATIVAS EMITIDAS POR ESTA SUBPREFEITURA PARA O SQL 038.073.0043-0, CONFORME MANIFESTAÇÃO DE CPDU A FLS. 26, DO PRESENTE PROCESSO E TELA ANEXA EM FLS. 24, NOS TERMOS DA LEI 14.141/06.

2016-0.163.660-8 PASCHOALINO PIERRI DEFERIDO
 O PEDIDO DE CERTIDÃO DE NUMERAÇÃO, COMO PREVISTO NO ART. 41 DA LEI14.141, PARA O ENDEREÇO ALAMEDA DOS ARAPANES, 1150, CONTRIBUINTE 041.161.0547-3. CERTIFICAMOS AINDA QUE O ATUAL CONTRIBUINTE PASSOUA VIGORAR NO ANO DE 2004, CONFORME CADASTRO DA EDIFICAÇÃO.

2016-0.165.172-0 REGINA MARIA ORLANDI MARCHESE DEFERIDO
 O PEDIDO DE CERTIDÃO DE MULTA, DA EDIFICAÇÃO LOCALIZADA NA RUA TOMAS ALVES, 98 E 110, INFORMANDO QUE NAO CONSTAM MULTAS ADMINISTRATIVAS EMITIDAS POR ESTA SUBPREFEITURA PARA O SQL 037.044.0032-7, CONFORME MANIFESTAÇÃO DE CPDU A FLS. 07, DO PRESENTE PROCESSO E TELA ANEXA EM FLS. 05, NOS TERMOS DA LEI 14.141/06.

2016-0.166.630-2 MARIO LUIZ LOPES DEFERIDO
 O PEDIDO DE CERTIDÃO DE NUMERAÇÃO, COMO PREVISTO NO ART 41 DA LEI 14.141 DE 27/03/2006, PARA O CONTRIBUINTE NR. 041.104.0002-3, ANTIGO NR. 46 DA ALAMEDA IRAE, ATUAIS 144,154 E 164 CONFORME LAVANTAMENTO METRICO DECIMAL PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE 05/05/1976.

VILA PRUDENTE

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2016-2-133

SUBPREFEITURA VILA PRUDENTE
 ENDEREÇO: AVENIDA DO ORATORIO, 172
 PROCESSOS DA UNIDADE SP-VP/PE
2016-0.169.153-6 JULIO CESAR OLIVIERI DEFERIDO
 DEFERIDO CONFORME LEI 11.228/92 REGULAMENTADA PELO DECRETO 32.329/92.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
 ENDEREÇO: .
 PROCESSOS DA UNIDADE SP-VP/CPDU/CAD

2016-0.153.302-7 MANUEL CESAR GONZALES SALGADO DEFERIDO
 PARA O CONTRIBUINTE 044.109.0001-3, SITO A RUA MANAIAS, PARA O AN TIGO S/N COUBE O N 157 OFICIAL. CONSERVA-SE PARA O MESMO CONTRIBUINTE O N 161 OFICIAL, CONCEDIDO ATRAVES DE LMD PUBLICADO NO D.O.C DE 26/06/1960, NOS TERMOS DE DECRETO N 49.346/08.

2016-0.160.195-2 JORGE JOCEI KOJA INDEFERIDO
 PARA O CONTRIBUINTE 051.108.0118-5, SITO A RUA COSTA BARROS, PARA OS ANTIGOS S/N COUBERAM OS N 705 E 709 OFICIAIS, CONFORME PUBLIC ADO NO D.O.C. DE 08/11/2014.

2016-0.161.098-6 GIOVANNI BOSCO DEFERIDO
 PARA O CONTRIBUINTE 044.109.0031-5, SITO A RUA MONTEIRO SOARES FI LHO, PARA O ANTIGO S/N COUBE O N 552 OFICIAL. CONSERVA-SE PARA O MESMO CONTRIBUINTE O N 556 OFICIAL. CONCEDIDO ATRAVES DE LMD PUBLICADO NO D.O.C. DE 13/03/1962, NOS TERMOS DO DECRETO N 49.346/08.

CULTURA

GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 043/2016 – SMC.G

A Secretária Municipal de Cultura, à vista dos elementos constantes no processo administrativo nº 6025.2016/0004756-7, em especial no parecer da comissão de avaliação, e na manifestação da Assistência Jurídica, com fundamento no artigo 6º, inciso II, do Decreto Municipal nº 19.512/1984 e no disposto nos “Procedimentos para a Cessão de Espaços da Secretária Municipal de Cultura” e demais disposições constantes do anexo do Decreto Municipal nº 56.737/2015, **RESOLVE:**

1. **AUTORIZAR:** a cessão onerosa do subsolo e parte do terreno do Pavilhão Lucas Nogueira Garcez – OCA à sociedade empresária **CMF – PRODUÇÕES CULTURAIS E CINEMATOGRAFÍCAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.654.464/0001-09, representada por sua Sócia-Administradora, Sra. Carla Maria Forcinetti (CPF nº 284.830.408-16), para realização da exposição denominada “The Art of the Brick” do artista americano Nathan Sawaya, no período de 30 de julho a 05 de novembro de 2016, nos termos do ofício de solicitação e projeto, sendo que:

a) A cessionária deverá pagar o preço público calculado no montante de R\$ 97.800,00 (noventa e sete mil e oitocentos reais), autorizado o recebimento de bens e serviços indicados e especificados no processo administrativo nº 6025.2016/0004756-7 em dação em pagamento.

b) A cessionária deverá observar as normas internas do Pavilhão Lucas Nogueira Garcez – OCA e atender às disposições e determinações dos responsáveis pela fiscalização.

c) A cessionária se responsabiliza pela integridade e conservação do equipamento público, bem como pela realização do evento nos termos de sua proposta.

d) A cessionária não poderá utilizar o Pavilhão Lucas Nogueira Garcez – OCA para finalidade diversa da prevista nesta Portaria, bem como ceder sua área, no todo ou em parte, a terceiros estranhos ao evento.

f) As atividades desenvolvidas pela cessionária serão de sua exclusiva responsabilidade, devendo arcar com eventuais prejuízos que vier a causar ao patrimônio público e a terceiros, eximindo o Município de São Paulo de qualquer responsabilidade de neste sentido.

2. O cumprimento das obrigações decorrentes desta cessão deverá ser fiscalizado pela Divisão do Museu da Cidade do Departamento do Patrimônio Histórico.

3. O efetivo uso do espaço apenas será autorizado após a apresentação de guia própria quitada que comprove o pagamento do preço público ou após o recebimento dos bens e dos serviços ofertados em dação em pagamento.

4. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CADASTRO MUNICIPAL ÚNICO DE ENTIDADES PARCEIRAS DO TERCEIRO SETOR - CENTS

Processo nº 2016-0.151.909-1

I - À vista dos elementos constantes do presente, em especial, da manifestação da Assessoria Jurídica desta Pasta à fl. retro, **DEFIRO** o requerimento de inscrição da entidade sem fins lucrativos **INSTITUTO CIDADE DEMOCRÁTICA**, inscrita no CNPJ sob nº 10.495.454/0001-34, como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, junto ao Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor - CENTS, nos termos do Decreto Municipal nº 52.830, de 1º de dezembro de 2011.

CADASTRO MUNICIPAL ÚNICO DE ENTIDADES PARCEIRAS DO TERCEIRO SETOR - CENTS

Processo nº 2016-0.162.671-8

I - À vista dos elementos constantes do presente, em especial, da manifestação da Assessoria Jurídica desta Pasta à fl. retro, **DEFIRO** o requerimento de inscrição da entidade sem fins lucrativos **ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE**, inscrita no CNPJ sob nº 22.232.865/0001-15, como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, junto ao Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor - CENTS, nos termos do Decreto Municipal nº 52.830, de 1º de dezembro de 2011.

CADASTRO MUNICIPAL ÚNICO DE ENTIDADES PARCEIRAS DO TERCEIRO SETOR - CENTS

Processo nº 2016-0.165.171-2

I - À vista dos elementos constantes do presente, em especial, da manifestação da Assessoria Jurídica desta Pasta à fl. retro, **DEFIRO** o requerimento de inscrição da entidade sem fins lucrativos **INSTITUTO CRIAR DE TV E CINEMA**, inscrita no CNPJ sob nº 05.600.020/0001-17, como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, junto ao Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor - CENTS, nos termos do Decreto Municipal nº 52.830, de 1º de dezembro de 2011.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Processo nº 2015-0.277.747-5

I - À vista dos elementos constantes do presente, especialmente a manifestação da Comissão de Fiscalização de Subvenções Culturais e os documentos comprobatórios das despesas efetuadas, com fundamento no Decreto nº 41.297/01, considero: a) – **CUMPRIDAS** as contrapartidas culturais relativas à subvenção anual concedida através da Lei Municipal nº 11.358/93, apresentadas pelo Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP, referente ao exercício de 2015. b) – **PREJUDICADA**, em seu aspecto contábil, a análise da prestação de contas/20105, no valor de R\$ 1.781.446,80 (um milhão, setecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos), acrescido da rentabilidade de R\$ 13.775,72 (treze mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos), totalizando R\$ 1.795.222,52 (um milhão, setecentos e noventa e cinco mil, duzentos e vinte e dois reais e cinquenta e dois centavos), diante da aprovação desta mesma conta e quitação da entidade beneficiada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Município de São Paulo, em decisão publicada no DOC de 11/06/2016. Em consequência, autorizo o arquivamento do presente.

CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

PORTARIA N.º 017/2016 – SMC/CCSP-G

DIOGO LIMA OLIVEIRA, Diretor Substituto do Centro Cultural São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Nomear os funcionários WALTER TADEU HARDT DE SIQUEIRA, R.F. nº 570.954.7/3; ADRIANA CARVALHO FEIJÓ, R.F. nº 734.573.9/1 e HAROLDO CIRIACO MONTEIRO DA SILVA para promover a Apreciação Preliminar dos fatos relatados no processo nº 2016-0.166.811-9, com fundamento no artigo 201 da Lei n.º 8.989/79, com a nova redação a ele conferida pela Lei n.º 13.519/03, c.c. artigos 98 a 101 do Decreto n.º 43.233/2003, apresentando, no prazo de 20 dias, relatório conclusivo sobre o que foi apurado.

II – A Comissão, ora constituída, será presidida pelo primeiro nomeado.

PORTARIA Nº 016/2016 – SMC / CCSP / GAB

O Diretor do Centro Cultural São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 112, “caput” do Decreto Municipal 43.233/2003, **RESOLVE** aplicar ao servidor ROQUE SANTOS DE SOUZA – RF nº 550.497.0 a pena de **REPRENSÃO**, nos termos do artigo 184, inciso I e artigo 185, pela infração ao disposto no artigo 178, inciso V, bem como artigo 179, “caput”, todos da Lei Municipal 8.989/79.

EDUCAÇÃO

GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 5.274, DE 27 DE JULHO DE 2016

ALTERA A PORTARIA SME Nº 4.778, DE 26/08/14 6.812, ALTERADA PELAS PORTARIAS SME Nºs 2.606, DE 14/04/15 e 6.812, DE 21/10/15, QUE CONSTITUIU COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS – CAFC DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 28.630, DE 30/03/90, ALTERADO PELOS DECRETOS Nºs 29.525/91, 32.990/93 E 46.660/05.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Convênios – CAFC, composta por 7(sete) membros, constituída nos termos do art. 1º da Portaria SME nº 4.778, de 26/08/14, alterada pelas Portarias SME nº 2.606, de 14/04/15 e 6.812, de 21/10/15, passa a vigionar conforme segue:

EXCLUI:

- Sílvia Regina Ferreira RF: 671.819.1

INCLUI:

- Gisele Velásquez RF: 723.090.7

Art. 2º - O nome do membro Maria Helena Teixeira Borges, RF: 568.905-8, fica retificado para Maria Helena Teixeira Pinto, RF: 568.905-8.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2016-2-133

GABINETE DO SECRETARIO
 ENDEREÇO: RUA BORGES LAGOA, 1230
 PROCESSOS DA UNIDADE SME-12

2015-0.085.814-1 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO SAO MIGUEL DOCUMENTAL

2015- 0.085.814-1 - DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO SAO MIGUEL - APURACAO PRELIMINAR RESPONSABILIDADE FUNCIONAL DOS FATOS OCORRIDOS NAS ATIVIDADES ESPORTIVAS CEU TRES PONTES - A VISTA DO S ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, NOTADAMENTE DAS CONCLUSOES ALCANÇADAS PELA COMISSAO DE APURACAO PRELIMINAR AS FLS. 139 A 14 6 E 211 A 213, DAS MANIFESTACOES DA ASSESSORIA JURIDICA DA DRE SA O MIGUEL A FL. 215, DA DIVISAO DE NORMATIZACAO E ORIENTACAO TECNICA DE SME AS FLS. 217 A 220 E DAS DISPOSICOES DO DECRETO N 43.233 /03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO INCISO I DO ARTIGO 102 DO DECRETO N 43.233/03.

2015-0.235.545-7 DIRETORIA DE EDUCACAO JACANA/TREMEMBE DOCUMENTAL

2015-0.235.545-7 - APURACAO PRELIMINAR-ACIDENTE COM ALUNO - CIEJA VILA MARIA/VILA GUILHERME- DIRETORIA REGIONAL JACANA/TREMEMBE - A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, NOTADAMENTE DAS CONCLUSOES ALCANÇADAS PELA COMISSAO DE APURACAO PRELIMINAR AS FLS. 70 A 80, DA ASSESSORIA JURIDICA DA DRE JACANA/TREMEMBE A FL. 94, DA DIVISAO DE NORMATIZACAO E ORIENTACAO TECNICA DE SME AS FLS.95 E 96, E DAS DISPOSICOES DO DECRETO N 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO INCISO II DO ARTIGO 102 DO DECRETO N 43.233/03.

2015-0.254.896-4 DIRETORIA DE EDUCACAO JACANA/TREMEMBE DOCUMENTAL

2015-0.354.896-4 - APURACAO PRELIMINAR-INVASAO E FURTO NA U.E. - CEI MARIA HENRIQUETA CATITE- DIRETORIA REGIONAL JACANA/TREMEMBE - A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, NOTADAMENTE DAS CONCLUSOES ALCANÇADAS PELA COMISSAO DE APURACAO PRELIMINAR AS FLS. 88 A 94, DA ASSESSORIA JURIDICA DA DRE JACANA/TREMEMBE A FL. 102, DA DIVISAO DE NORMATIZACAO E ORIENTACAO TECNICA DE SME AS FLS. 103 E 104, E DAS DISPOSICOES DO DECRETO N 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO INCISO II DO ARTIGO 102 DO DECRETO N 43.233/03.

ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO nº 2016-0.167.168-3

1. Em face dos elementos que instruem o presente, consoante competência conferida pela portaria nº 021/SEME-G/2012, AUTORIZO a utilização de áreas pertencentes ao ESTÁDIO MUNICIPAL PAULO MACHADO DE CARVALHO – PACAEMBU, pela BILHETERIA DIGITAL PROMOÇÕES E ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ 21.689.483/0001-53, conforme solicitação inaugural formalizada pela FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL CNPJ 62.025.606./0001-39, para a realização do evento esportivo entre a **SELEÇÃO OLÍMPICA DA REP. DA KOREA X SELEÇÃO OLÍMPICA DA SUÉCIA**, no dia **29/07/2016 às 20h00min**, mediante pagamento de preço público estabelecido na tabela de preço público integrante do DECRETO 56.737 de 18/12/2015, que serão recolhidos aos cofres públicos da Prefeitura de acordo com o Decreto 45.686/2005.

2. O cessionário deverá ainda atender as disposições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria, em especial a Lei 10.671, de 15/03/03 (Código de Defesa do Torcedor), Leis Municipais 9.193/80, 11.256/92 e 12.325/97.

3. Emita-se Termo de Responsabilidade, de acordo com o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 40.780/2001 e Portaria 021/SEME-G/2012.

4. Outrossim, o equipamento municipal deverá ser entregue nas mesmas condições que foram disponibilizadas e, para tanto deverão ser efetuadas vistorias, prévias e após o evento.

ASSESSORIA JURIDICA

DESPACHO COMUNICADO

INSCRIÇÃO PARA A ESCOLHA DO REPRESENTANTE DOS CLUBES DA COMUNIDADE – CDC’S, PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO Em atendimento do Decreto nº 50.212 de 12 de Novembro de 2008 , a Portaria 33/09-SEME e o Regimento interno do Conselho Municipal de Esporte , Lazer e Recreação da Cidade de São Paulo ;

Que o Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Recreação é órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo em questões relacionadas à política municipal de esportes, lazer e recreação, cabendo-lhe, no âmbito da Secretária Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, institucionalizar a relação entre a Administração Pública e os setores da sociedade civil ligados à área esportiva ;

Que o processo seletivo deverá ser regido pelos princípios da legalidade, impessoalidade,, moralidade, publicidade, transparência e modicidade das formas ;

E , em função do art.º 09 do Regimento Interno ;

COMUNICAMOS que o processo seletivo para a escolha do representante dos Clubes da Comunidade – CDC’S, será